



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO  
PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 054/2016**

*Ementa: Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE). Possível captação ilícita de recursos. Colheita de informações e documentos visando à formação de “opinio”. Município de Areal. Candidato MARCELO PIPA DA COSTA.*

**CONSIDERANDO** a interpretação dispensada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

**CONSIDERANDO** que a apuração das infrações eleitorais de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do **regime democrático**, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que a atuação do Ministério Público, na proteção da **ordem jurídica eleitoral**, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;



## Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

**CONSIDERANDO** que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

**CONSIDERANDO** o Relatório de Conhecimento nº 195509/2016, encaminhado pelo Ministério Público Federal, que informa possível captação ilícita de recursos em campanha política consistente em receber doação de doador que foi punido e consta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público Eleitoral, como Instituição fiscalizadora do efetivo cumprimento da lei eleitoral, do que depende a manutenção do regime democrático;

**RESOLVE** o Promotor Eleitoral infra-assinado, da 174ª Zona Eleitoral, da Comarca de Três Rios, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 1.935, de 26 de setembro de 2014, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a finalidade **de reunir informações sobre os fatos noticiados no relatório de conhecimento nº 195509/2016.**

**Autuada, registrada e publicada** a presente portaria, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

1. NOTIFIQUE-SE **Marcos André Lima Nogueira** para que esclareça por escrito, **no prazo de 5 (cinco) dias**, se realizou doação para campanha de candidatos no município de Areal, e em caso positivo, para que especifique os candidatos e os respectivos valores das doações.



## Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Na notificação deverá constar a informação de que o notificado foi identificado como doador que foi punido e consta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), devendo o notificado esclarecer tal fato.

2. NOTIFIQUE-SE **Elis Verônica Fontaine dos Reis** para que esclareça por escrito, **no prazo de 5 (cinco) dias**, se é servidora do município de Areal; se sim, qual função exerce; se realizou doação para campanha de candidatos no município de Areal, e em caso positivo, para que especifique os candidatos e os respectivos valores das doações;
3. NOTIFIQUE-SE **Maria Rozalia da Costa Carneiro** para que esclareça por escrito, **no prazo de 5 (cinco) dias**, se realizou doação para o candidato Marcelo Pipa da Costa, em caso positivo, de qual valor, devendo juntar ao esclarecimento cópia dos documentos comprobatórios da referida doação, bem como cópia da declaração de imposto de renda do exercício de 2015 ou declaração de isento;
4. ENCAMINHE-SE cópia digitalizada desta portaria, em meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (cao.eleitoral@mprj.mp.br), para ciência e registros.

Três Rios, 18 de outubro de 2016.

**Carlos Eduardo do Amaral Marques**  
**Promotor Eleitoral**